



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

PROJETO DE INDICAÇÃO N.º 01, DE 08 DE janeiro DE 2026

"Altera o dispositivo do artigo 6º da Lei nº 2.381, de 30 de janeiro de 2023".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DO NORTE:

Faz saber que a Câmara Municipal de Limoeiro do Norte decretou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica alterada a redação do art. 6º da Lei nº 2.381, de 30 de janeiro de 2023, que passa a vigorar da seguinte forma:

"Art. 6º. O valor da bolsa fica fixado em R\$810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos)".

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão à conta do orçamento vigente.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte-CE, em 06 de janeiro de 2026.

Márcio José Lopes Lima
Vereadora (PT)

PROTOCOLO Câmara Mun. Limoeiro do Norte PROTOCOLO N.º <u>1060</u> 06 JAN. 2026 Horário: <u>09:49</u> <u>Samara Chaves</u> Responsável

APRESENTADO EM SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA AOS 22 JAN. 2026 CÂMARA M. LIM. DO NORTE
--



Estado do Ceará

Câmara Municipal de Limoeiro do Norte

UNIÃO, CONSTRUÇÃO E INOVAÇÃO

JUSTIFICATIVA AO PROJETO DE INDICAÇÃO N.º _____, DE _____ DE _____ DE 2026

O presente Projeto tem por finalidade promover o reajuste do valor da Bolsa de Apoio Escolar, benefício de caráter social destinado a assegurar a permanência de estudantes na rede de ensino, contribuindo para a redução da evasão escolar e para a promoção da igualdade de oportunidades educacionais.

O valor atualmente praticado da Bolsa de Apoio Escolar foi originalmente estabelecido com base em meio salário mínimo, referência que, à época de sua instituição, atendia de forma adequada à finalidade do programa. Contudo, em razão das atualizações periódicas do salário mínimo nacional, tornou-se necessária a revisão do valor do benefício, de modo a preservar o seu poder aquisitivo e a efetividade da política pública.

Ressalte-se que a Constituição Federal, em seu artigo 7º, inciso IV, veda expressamente a vinculação de qualquer vantagem, benefício ou prestação ao salário mínimo, razão pela qual o reajuste da Bolsa de Apoio Escolar não pode ocorrer de forma automática ou indexada a esse parâmetro. Assim, impõe-se a necessidade de reajuste por meio de lei específica, observando-se os princípios da legalidade, da transparência e da responsabilidade fiscal.

Nesse contexto, o presente Projeto de Lei busca atualizar o valor da Bolsa de Apoio Escolar, adequando-o à realidade econômica atual, sem incorrer em vinculação constitucionalmente vedada, garantindo, ao mesmo tempo, a continuidade e o fortalecimento do programa.

A medida revela-se socialmente justa e necessária, uma vez que a defasagem do valor do benefício compromete sua finalidade primordial, qual seja, oferecer suporte financeiro mínimo às famílias e aos estudantes em situação de vulnerabilidade, assegurando condições dignas para a permanência no ambiente escolar.

Por fim, destaca-se que o reajuste proposto encontra respaldo no interesse público, na valorização da educação como instrumento de transformação social e no compromisso do Poder Público com políticas que promovam inclusão, cidadania e desenvolvimento humano, razão pela qual se espera o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da presente matéria.



Documento assinado digitalmente
MARCIO JOSE LOPES LIMA
Data: 06/01/2026 09:22:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Vereadora (PT)